

ESTUDO DE ANÁLISE COMPARATIVA

Sobre políticas, programas e suporte
de integração a migrantes



www.integrateproject.eu

ESTUDO DE ANÁLISE COMPARATIVA

Sobre políticas, programas e suporte
de integração a migrantes



EUROPEAN UNION
Asylum, Migration
and Integration Fund

This project has been funded with support from
the European Commission.

This publication reflects the views only of the author, and
the Commission cannot be held responsible for any use
which may be made of the information contained therein.

HOME/2015/AMIF/AG/INTE/9102



INDICE

1. A integração de migrantes na União Europeia: políticas e estatísticas da UE	4
2. Visão geral dos contextos nacionais	6
3. Processo de identificação e seleção usado para identificar as áreas-chave para formar mulheres migrantes, a fim de apoiar a sua integração social e cívica	12
4. Envolvimento das partes interessadas e transferência de conhecimento	13
5. Principais referências utilizadas na preparação da metodologia INTEGR8.....	13
6. As novas metodologias mulheres migrantes INTEGR8 na abordagem às barreiras à integração de	14
7. Critérios utilizados na avaliação da metodologia INTEGR8.....	15
8. Principais conclusões registadas na fase inicial de identificação de necessidades	15
LIÇÕES RETIRADAS DO PROJETO	17
RECOMENDAÇÕES	17



1. A integração de migrantes na União Europeia: políticas e estatísticas da UE

As políticas de integração de imigrantes como uma competência nacional

Desde a assinatura do Tratado de Lisboa em 2007, as instituições europeias têm a função de “proporcionar incentivos e apoiar a ação dos Estados-Membros com vista a promover a integração dos nacionais de países terceiros”. No entanto, desde o Tratado de Amesterdão de 1999, que a UE estabelece periodicamente prioridades e objetivos para conduzir as políticas, propostas legislativas e oportunidades de financiamento da UE. Os princípios básicos comuns de 2004 representam outro passo em frente, uma vez que orientaram e continuam a orientar a maioria das ações da UE no domínio da integração.

Do Plano de Ação de 2016 ao Tratado de Amesterdão: apresentamos uma breve cronologia¹ da como a UE tem vindo a moldar a integração de nacionais de países terceiros nas últimas duas décadas.

A partir de 2016: a abordagem holística

O Plano de Ação de junho de 2016 sobre a integração de nacionais de países terceiros, é o último documento de definição de objetivos publicado pela Comissão Europeia. Apresenta um quadro abrangente para apoiar os esforços dos Estados-Membros no desenvolvimento e reforço das suas políticas de integração, e descreve medidas concretas que a Comissão irá implementar a este respeito.

2011-2015: Financiamento para a integração

Antes do Plano de Ação 2016-2017, as questões da integração dos migrantes eram orientadas pela Agenda Europeia para a Integração dos Cidadãos de Países Terceiros, adotada em julho de 2011. A Agenda que abrangeu o período de 2011-2015, focou-se no aumento da participação económica, social, cultural e política dos migrantes e na luta contra a discriminação, com ênfase nas ações locais. Também já explorou medidas prévias e o papel dos países de origem na integração. A multiplicidade de oportunidades de financiamento disponibilizadas é outro grande legado deste período.

De 2005 a 2010: Troca de conhecimentos

Até 2010, a Agenda Comum para a Integração, apresentada pela Comissão, em 2005, era o documento de estratégia que apresentava o quadro para a implementação da política de integração da UE. Contém uma série de mecanismos e instrumentos de apoio da UE, para promover a integração e facilitar os intercâmbios entre os atores da integração.

De 1999 a 2004: Génese de uma política comum

Com o Tratado de Amesterdão, a integração de migrantes de países não pertencentes à UE foi, pela primeira vez, abrangida pelas políticas da UE. Adotado em 1997, o tratado entrou em vigor em 1999. Desde então, a UE pôde tomar medidas adequadas para combater a discriminação, incluindo as que se baseiam na origem racial ou étnica, e na religião ou crença. A UE desenvolveu, também, uma política comum de imigração orientada, até 2004, pelo chamado Programa de Tampere, através do qual os Estados-Membros acordaram que o objetivo dessa política deveria ser conferir aos cidadãos de países terceiros direitos e obrigações comparáveis aos dos cidadãos da UE.

A migração tornou-se um dos principais componentes da mudança populacional na Europa². Nas últimas décadas, os fluxos migratórios entre os Estados-Membros da UE e os países dentro e fora da UE tiveram um

1 <https://ec.europa.eu/migrant-integration/the-eu-and-integration/framework>

2 [<http://ec.europa.eu/eurostat/web/population-demography-migration-projections/migration-and-citizenship-data>]



impacto significativo na dimensão atual da população na maioria dos Estados-Membros.

Em 1 de janeiro de 2017, a população dos diferentes Estados-Membros da UE oscilou entre 0,4 milhões em Malta e 82,8 milhões na Alemanha. A Alemanha, a França, o Reino Unido e a Itália, em conjunto, representavam mais de metade (54,0%) da população total da UE-28, em 1 de janeiro de 2017.

Em 2016, a população da UE-28 aumentou em 1,5 milhões de pessoas. O crescimento da população foi distribuído de forma desigual pelos Estados-Membros da UE: um total de 18 Estados-Membros observou um aumento das respetivas populações, enquanto a população diminuiu nos restantes 10 Estados-Membros. O Luxemburgo, a Suécia, Malta, a Irlanda e a Áustria registaram, em 2016, as taxas de crescimento populacional mais elevadas, com aumentos superiores a 9,0 por cada 1.000 pessoas, acima do triplo da média da UE-28 de 3,0 por cada 1.000 pessoas (ver quadro 2). Entre estes cinco Estados-Membros da UE com as taxas de crescimento demográfico mais elevadas, o crescimento mais rápido da população registou-se no Luxemburgo, com um aumento de 19,8 por cada 1.000 pessoas. As maiores diminuições relativas da população foram reportadas pela Lituânia (-14,2 por cada 1.000 pessoas), Letónia (-9,6) e Croácia (-8,7).

Ver a Tabela 1 - Crescimento populacional.

Tabela 1. – Crescimento populacional

	Total change			Natural change			Net migration and statistical adjustment (*)		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
EU-28 (*)	2,6	3,4	3,0	0,4	-0,2	0,0	2,2	3,6	3,0
Belgium (*)	5,0	6,5	4,8	1,8	1,0	1,2	3,2	5,5	3,6
Bulgaria	-6,0	-6,7	-7,3	-5,7	-6,2	-6,0	-0,3	-0,6	-1,3
Czech Republic	2,5	1,5	2,4	0,4	0,0	0,5	2,1	1,5	1,9
Denmark	5,8	8,4	7,2	1,0	1,0	1,5	4,8	7,4	5,7
Germany (*)	5,3	12,0	7,6	-1,9	-2,3	-1,8	7,2	14,3	9,4
Estonia	-1,9	0,8	-0,2	-1,5	-1,0	-1,0	-0,5	1,8	0,8
Ireland	5,1	7,6	10,6	8,2	7,6	7,1	-3,2	-0,1	3,5
Greece	-5,3	-6,9	-2,5	-2,0	-2,7	-2,4	-4,3	-4,1	0,0
Spain	-1,3	-0,2	1,9	0,7	0,0	0,0	-2,0	-0,2	1,9
France	4,8	4,1	4,0	3,9	3,1	3,0	0,9	1,0	1,0
Croatia	-5,1	-8,2	-8,7	-2,7	-4,0	-3,4	-2,4	-4,3	-5,4
Italy	0,2	-2,1	-1,3	-1,6	-2,7	-2,3	1,8	0,5	1,1
Cyprus	-12,9	1,5	7,6	4,7	3,9	4,7	-17,6	-2,4	2,9
Latvia	-7,7	-8,7	-9,6	-3,4	-3,3	-3,4	-4,3	-5,4	-6,2
Lithuania	-7,6	-11,3	-14,2	-3,4	-3,5	-3,7	-4,2	-7,7	-10,5
Luxembourg (*)	23,9	23,3	19,8	4,0	3,7	3,6	19,9	19,6	16,2
Hungary	-2,2	-2,5	-3,4	-3,3	-4,0	-3,2	1,1	1,5	-0,1
Malta	9,3	11,7	13,8	2,2	2,0	2,6	7,1	9,7	11,2
Netherlands	4,2	4,6	6,0	2,1	1,4	1,4	2,1	3,2	4,6
Austria	8,1	13,2	9,5	0,4	0,2	0,8	7,7	13,0	8,7
Poland	-0,3	-1,0	0,2	0,0	-0,7	-0,2	-0,3	-0,3	0,3
Portugal	-5,0	-3,2	-3,1	-2,2	-2,2	-2,3	-2,9	-1,0	-0,8
Romania	-3,9	-5,6	-6,2	-3,1	-3,2	-3,5	-0,8	-2,3	-2,7
Slovenia	0,9	0,6	0,8	1,1	0,4	0,3	-0,2	0,2	0,5
Slovakia	1,0	0,9	1,7	0,7	0,3	1,0	0,3	0,6	0,7
Finland	3,8	2,8	2,9	0,9	0,5	-0,2	2,8	2,3	3,1
Sweden	10,6	10,6	14,5	2,7	2,4	2,7	7,9	8,1	11,9
United Kingdom	6,1	7,6	6,5	3,2	2,7	2,7	4,9	5,1	3,8
Iceland	10,5	10,4	17,4	7,1	5,9	5,1	3,4	4,5	12,2
Liechtenstein	6,4	6,8	5,1	2,8	1,9	2,9	3,6	4,9	2,3
Norway	11,4	9,2	8,5	3,6	3,5	3,5	7,8	5,7	5,0
Switzerland	12,0	10,8	10,8	2,6	2,3	2,7	9,4	8,5	8,1
Montenegro	0,9	0,2	0,3	2,4	1,7	1,8	-1,5	-1,5	-1,5
The former Yugoslav Republic of Macedonia	1,6	1,0	1,2	1,9	1,3	1,2	-0,2	-0,2	-0,1
Albania	-1,3	-2,2	·	5,2	3,6	·	-6,5	-5,7	·
Serbia (*)	-4,5	-5,4	-5,1	-4,9	-5,4	-5,1	0,3	0,0	0,0
Turkey	13,3	13,4	13,5	12,3	11,8	11,2	1,0	1,6	2,3
Bosnia and Herzegovina (*)	-1,5	·	-1,8	-1,5	·	-1,8	0,0	·	0,0
Kosovo (*)	-8,7	-18,6	·	13,2	9,2	·	-21,8	-27,8	·

(*) The statistical adjustment corresponds to all changes in the population that cannot be classified as births, deaths, immigration and emigration.

(*) Break in series: 2015.

(*) Break in series: 2016.

(*) The 2016 data are estimated and have a higher degree of uncertainty than in previous years. Due to the changes in processing population statistics less data were available for the estimation than usual.

(*) Due to a lack of data on migration, the total change is based exclusively on the natural change.

(*) This designation is without prejudice to positions on status, and is in line with UNSCR 1244/1999 and the ICJ Opinion on the Kosovo declaration of independence.

Source: Eurostat (online data code: demo_gind)



2. Visão geral dos contextos nacionais

IRLANDA – MEATH PARTNERSHIP

Dados estatísticos

Com base nos números mais recentes das estimativas do Censo de 2016, o número de imigrantes para a Irlanda até abril de 2016, terá aumentado em quase 15%, de 69.300 para 79.300 indivíduos. Deste total, os cidadãos não irlandeses de fora da UE representavam 31.800 (40,1%) do total de imigrantes. Com base nos números mais recentes publicados do Censo (2011), verifica-se que, em abril de 2011, vivia na Irlanda uma população total de 544.357 cidadãos não irlandeses, representando 199 nações diferentes. Os indivíduos da Polónia e do Reino Unido constituíam os maiores grupos de cidadãos não irlandeses na Irlanda. Esses cidadãos não-irlandeses foram divididos uniformemente por género, com 271.864 homens e 272.493 mulheres, e 60% estavam na faixa etária dos 22 aos 44 anos

Políticas nacionais com impacto na integração de migrantes

O Departamento de Justiça e Igualdade publicou, em 7 de fevereiro de 2017, uma Estratégia de Integração de Migrantes que orientará a prestação de serviços a migrantes e refugiados na Irlanda entre 2017 a 2020. Esta estratégia estabelece metas para os departamentos governamentais no sentido de fornecer “informações aos migrantes numa linguagem apropriada, formação permanente em consciencialização intercultural a todos os funcionários que estão em contacto direto com migrantes, sinalização nas repartições públicas dos locais onde estão disponíveis as traduções necessárias, e informações claras sobre como fazer uma reclamação sobre o comportamento racista por parte da equipa ou de outro utente.”

CHIPRE – CARDET

Dados estatísticos

Entre 2002 e 2017, foram reportados 60.568 pedidos de asilo na ilha do Chipre (Serviços de Asilo, n.da, Serviços de Asilo, n.db, Drousiotou e Mathioudakis 2016, Drousiotou e Mathioudakis, 2017); 1.250 pessoas foram reconhecidas como refugiadas; e 7.718 pessoas receberam proteção subsidiária ou humanitária (ACNUR, 2017c). Além disso, entre 1998 e 2004, 454 pessoas foram reconhecidas como refugiadas pelo ACNUR (Serviços de Asilo, n.da).

Políticas nacionais com impacto na integração de migrantes

necessidades dos refugiados e migrantes. Embora se reconheça agora que a migração não é um fenómeno teórico, mas sim uma questão real atual, a sociedade cipriota ainda está à procura de um Plano de Ação que possa ser eficazmente implementado em benefício de todos

Em 2010, o Governo adotou o primeiro Plano de Ação para a Integração de Migrantes que residem legalmente no Chipre entre 2010 e 2012. Citando este documento e ação política, «a integração dos imigrantes e dos seus descendentes é um processo bidirecional dinâmico, a longo prazo e contínuo de aceitação mútua. Assim, requer a participação não apenas dos imigrantes e dos seus descendentes, mas também de todos os cidadãos. A sociedade de acolhimento deve criar oportunidades para a plena participação económica, social, cultural e política dos imigrantes». (Comissão Especial de Especialistas em Inclusão, 2010).

Com o objetivo de preparar uma política abrangente que construa uma abordagem eficaz para a imigração legal a longo prazo e um ponto de vista encorajador sobre o multiculturalismo na Sociedade Cipriota, foram sugeridas as seguintes medidas ³:

3 Chipre, Comissão Especial de Especialistas em Inclusão, 2010.



- Inclusão e participação dos migrantes na vida social e pública da sociedade cipriota
- Reconhecimento dos direitos sociais, económicos, políticos e culturais e das necessidades dos imigrantes
- Racismo e discriminação, e também para desenhar estratégias e planos de ação, que estabelecem metas mensuráveis e mecanismos para monitorizar a implementação.

Embora o acima mencionado não tenha sido oficialmente avaliado para medir até que ponto foi implementado, um relatório encomendado pelo ACNUR destaca que existem poucas evidências de o plano de ação ter tido algum resultado positivo, já que não foram tomadas quaisquer medidas de integração especificamente a favor dos refugiados (Officer e Taki, 2013, ECRI, 2016). Isto é confirmado no Relatório de 2016 do Comissário dos Direitos Humanos do Conselho da Europa, após a sua visita ao Chipre, no qual salienta que o plano de ação não foi implementado (Muiznieks, 2016). Enquanto aguardam planos de ação governamentais para a integração da migração, algumas ações financiadas pela UE, ONGs e iniciativas de voluntariado relativas à integração da migração funcionam como uma bússola para a sociedade cipriota, oferecendo esperança para aquilo que o futuro reserva.

PORTUGAL – ISQ

Dados estatísticos

Em 2016, havia um total de 397.731 cidadãos estrangeiros registados como residentes em Portugal, o que representa 3,9% da população total (10,31 milhões de pessoas). Em 2016, foi registado um total de 29.925 imigrantes permanentes. A década que registou o menor nível de migração foi em 2012, tendo entrado no país apenas 14.660 pessoas. Em 2016, as entradas aumentaram, mas o saldo migratório continua a ser fortemente negativo: com um total de 8.348 pessoas. Desde o início desta década que a população estrangeira residente (imigrantes permanentes) tem vindo a diminuir. O ponto mais baixo foi em 2014. No entanto, desde 2015 e 2016 que se verifica um aumento dos vistos atribuídos, bem como um ligeiro aumento da população imigrante. Antes da crise económica global, em 2008, as principais razões de imigração eram motivações relacionadas com trabalho. A motivação alterou-se e passou a ser o estudo e o reagrupamento das famílias: estes dois fatores representam 67,8% do total de pedidos de visto. O número de trabalhadores independentes (2.528 candidaturas) também aumentou, bem como as atividades académicas de investigação e científica (2.816). Além disso, observou-se um aumento do investimento empresarial (19.065) como motivação para a entrada de estrangeiros em Portugal. Existe uma certa diversidade entre a população imigrante. A média de idades situa-se entre os 20 e os 49 anos. Se dividirmos por nacionalidades, o grupo mais jovem é o romeno (72,3%), o brasileiro (71,3%), o angolano (67,2%), o guineense (63,4%) e o são-tomense (62,9%). De acordo com as idades, a comunidade mais jovem (0-19 anos) é de origem chinesa (24,8), são-tomense (22,3), guineense (20,6%) e romena (17,8%). Entre a população imigrante, as comunidades com a maior representação de crianças entre 0-9 anos são a chinesa (13%) e a romena (8,6%).

Políticas nacionais com impacto na integração de migrantes

Os Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes trabalham, desde 2004, em diferentes campos de integração para o desafio cultural, organizacional e legislativo. Estes centros estão localizados em Lisboa (Central), no Porto (Norte) e Algarve (Sul), com o objetivo de criar um local que reúna diferentes serviços, instituições e gabinetes. Estes centros de apoio têm numerosos serviços no mesmo local: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Segurança Social (SS), Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), Registos Centrais (RC), Ministério da Educação (ME), Ministério da Saúde (MS). O CNAIM conta ainda com gabinetes especializados, com o objetivo de prestar apoio e informação em diversas áreas específicas: o Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar (GARF); o Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante (GAJI); o Gabinete de Apoio Social (GAS); o Gabinete de Apoio Habitacional (GAH); o Gabinete de Apoio ao Emprego (com duas 2 versões: uma coordenada pela Rede GIP - Imigrante - Gabinete de Inserção Profissional - e outra especializada na área do empreendedorismo; o Gabinete de Apoio ao Consumidor Imigrante (GACI) e o Gabinete de Apoio à Qualificação (GAQ). Todos os gabinetes e serviços trabalham em colaboração num espaço físico comum, prestam serviços, informam, encaminham, aconselham e desenvolvem atividades de mediação para resolver questões apresentadas pelos migrantes.



O CNAI introduziu o uso de mediadores socioculturais de diferentes países, dominando 14 idiomas diferentes, para fornecer um serviço de apoio mais acessível. De fato, o background sociocultural do mediador, com experiência de imigrante e conhecimento da língua, é uma mais-valia para a função. O ACM, em colaboração com ONGs e Associações, trabalha em conjunto no recrutamento de mediadores. Para os problemas com a língua, o ACM lançou o Serviço de Tradução Telefónica, que abrange mais de 60 idiomas, facilitando o acolhimento do imigrante e o acesso a serviços em áreas importantes. As redes de mentores voluntários têm um papel auxiliar para facilitar a integração sociocultural, através do “Programa de Mentores para Migrantes”. Os membros ajudam na orientação, abrangendo diferentes temas, desde o empreendedorismo até ao tempo livre e hobbies, e fornecendo informações para a resolução de assuntos problemáticos, promovendo a transmissão de informações e conhecimento. Por detrás do programa, existe uma contínua seleção sistemática, avaliação, congruência e avaliação de know-how. Para uma melhor integração e inclusão, o ACM proporciona a aprendizagem da língua e cultura portuguesas, para facilitar a integração na sociedade e no mercado de trabalho.

Nos últimos 10 anos, o Governo português introduziu o Plano Estratégico para a Migração (2007-2010 e 2010-2013). Este é o quadro global, centrado no envelhecimento demográfico, na integração e formação das comunidades imigrantes em Portugal, na mobilidade internacional, na gestão de talentos e no regresso da população imigrante portuguesa. O principal objetivo desta política é a integração no mercado de trabalho; a diminuição da discriminação de imigrantes, uma melhor mobilidade de talentos e recursos humanos, a descentralização de políticas de imigrantes e o acesso à sociedade civil. Também foi criada uma Equipa Técnica de Acompanhamento (ETA) representada por vários ministérios para apoiar a execução do Plano Estratégico. Nos últimos dois anos, o nível de integração local melhorou, uma vez que Portugal envolveu 21 municípios financiados pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), marcado pela implementação do Plano Municipal de Integração dos Imigrantes.

Para a melhoria da integração local, o Alto Comissariado para a Migração (ACM) criou a rede “Municípios Amigos do Imigrante e da Diversidade”, com o objetivo de obter conhecimento das reais necessidades dos migrantes em diferentes regiões do país. Este projeto está a criar uma melhor cooperação entre as organizações locais e o estado, monitorizando a qualidade do serviço; este programa inclui mais de cem governos locais.

É importante destacar que, desde 2007, Portugal é pioneiro na implementação do “Plano Estratégico de Inclusão de Imigrantes”. O programa está a ser monitorizado de baixo para cima, com base na colaboração com ONGs locais, com o sistema de educação e saúde pública e com a administração central.

ROMÊNIA – UPIT

Dados estatísticos

A Roménia continua a ser um país de emigração, sendo este fenómeno a segunda maior causa da diminuição da população do país. Em 2016, o saldo migratório internacional foi negativo, com o número de migrantes a exceder o número de imigrantes em mais de 76.000 pessoas, de acordo com o comunicado do Instituto Nacional de Estatística de agosto de 2017.

No entanto, a Roménia tem um número relativamente grande de imigrantes, cuja tendência é positiva. De acordo com o “Boletim Estatístico da Imigração e Asilo”, da Inspeção Geral da Imigração, no primeiro semestre de 2012, foram apresentados 76.881 pedidos de visto por cidadãos extracomunitários da Moldávia, Ucrânia, Turquia, Rússia, China, Índia, Bielorrússia, Egito, Irão, Líbano, entre outros países (menos 11,05% do que em 2011), dos quais 74.075 (96,35%) foram aprovados. Os pedidos de autorização de trabalho solicitados por imigrantes na Roménia aumentaram 16,53%, em 2012, em comparação com o ano anterior, e o número de imigrantes de países da UE ascendeu a 42.953. Foram identificados 1.617 estrangeiros com residência ilegal, menos 13,99% do que em 2011. Ao mesmo tempo, 322 estrangeiros ficaram em prisão preventiva (mais 36,44% do que no ano anterior). Só nos primeiros seis meses de 2017, 1.437 imigrantes clandestinos do Iraque, Síria, Paquistão, Afeganistão, Irão, Turquia, Índia, Kosovo, Bangladesh e Palestina tentaram entrar ilegalmente na Roménia, juntando-se aos mais de 700 refugiados que a Roménia recebeu no âmbito da quota da UE. No total, em meados de 2017, estiveram na Roménia mais de 2.400 refugiados - a



maioria dos requerentes de asilo - pelo menos temporariamente, excedendo em 350% as quotas obrigatórias impostas por Bruxelas. A quota atribuída à Roménia foi de 4.188 refugiados (jornal “Evenimentul Zilei”, de 5 de setembro de 2017). Em 2017, existiam 50.199 imigrantes na Roménia.

Políticas nacionais com impacto na integração de migrantes

A Roménia tem sido considerada apenas como um país de trânsito para a Europa Ocidental, existindo um número limitado de imigrantes que se pretendiam estabelecer na Roménia, mas, como consequência da crise de refugiados em 2015, a questão da imigração tornou-se de interesse público. Neste contexto, o Governo aprovou a Estratégia Nacional para a Imigração 2015-2018 e o Plano de Ação, com a intenção de participar nos esforços da comunidade internacional em fornecer aos imigrantes um contexto político e social adequado à integração. Estes documentos básicos destacam a importância e a necessidade de estabelecer alguns mecanismos que facilitem a admissão nas escolas/mercado de trabalho e de desenvolver certos procedimentos para facilitar o reconhecimento de estudos e competências. Deve-se ter em atenção que eles existem, mas há ainda alguns problemas que devem ser resolvidos definitivamente. Além disso, a Lei Nacional de Educação prevê os mesmos direitos de acesso ao sistema de educação na Roménia, quer a nível primário/secundário, quer no ensino superior. Como consequência, atualmente existem quase 7.110 estudantes de países terceiros nas escolas e universidades romenas.

As iniciativas de integração na Roménia não se referem especialmente às mulheres migrantes, mas a todas as categorias de migrantes: mulheres, homens, crianças, etc., tendo uma aplicabilidade geral, sem restrições. O programa “Migrante na Roménia” disponibiliza um site com informações para os migrantes, ou para aqueles que pretendem vir a estabelecer-se no país. Através deste amplo programa, são organizadas muitas atividades para migrantes. Nas cidades que são parceiras neste programa, existem periodicamente seminários locais organizados para a integração de migrantes. Uma vez por ano, realiza-se a Conferência Nacional de Migrantes na Roménia, onde participam muitas instituições que lidam com o fenómeno da migração. Além disso, existem muitos eventos para migrantes, como: Timișoara - O Dia dos Refugiados 2016, EPALE - Semana de Educação Migrante, Além-fronteiras com o One World Romania 2016. Existem também outras iniciativas destinadas às mulheres migrantes.

REINO UNIDO – LEARNING UNLIMITED

Dados estatísticos

Apesar do objetivo do governo do Reino Unido para a migração líquida anual ser inferior a 100.000, de acordo com o Serviço Nacional de Estatística, no exercício findo em março de 2018, a migração líquida para o Reino Unido foi de 270.000 (abaixo dos 273.000 do ano encerrado em setembro de 2016) ⁴.

Isto representa uma queda significativa dos níveis máximos registados em 2015 e 2016. Embora a migração da UE tenha atingido o seu nível mais baixo desde 2012, e apesar das incertezas em torno do BREXIT, entre os 90.000 cidadãos da UE foram mais os que chegaram ao Reino Unido do que os que saíram, no exercício findo em março de 2018. A migração líquida extracomunitária está agora num nível semelhante ao observado em 2011, como se pode verificar no gráfico 1.

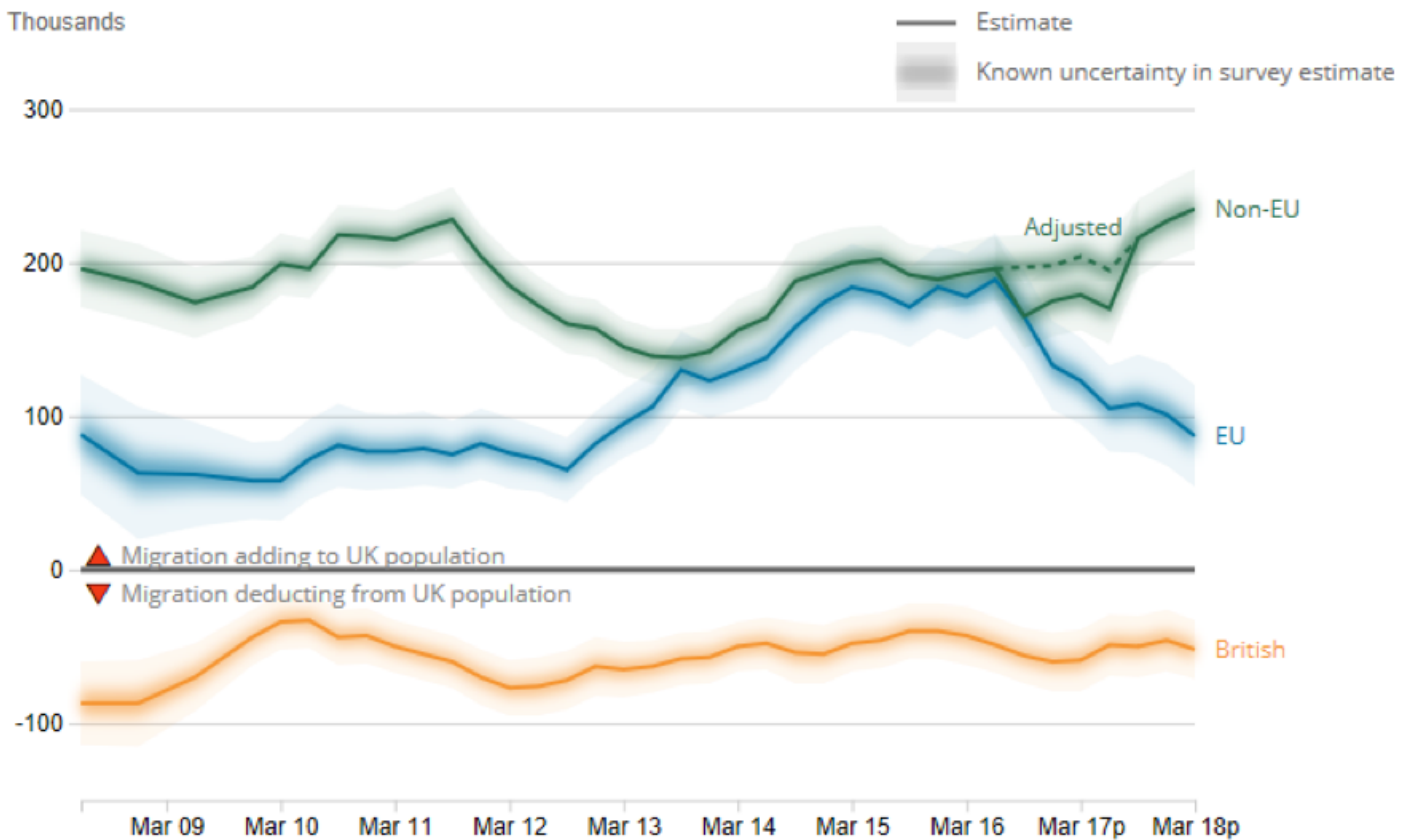
No exercício findo em junho de 2018, o Reino Unido emitiu 14.308 concessões de asilo e formas alternativas de proteção e realojamento. Isto representa uma redução de 12% em comparação com o ano anterior. Além disso, foram emitidos pouco mais de 6.000 “Vistos de Reunião de Família” a parceiros e filhos daqueles que receberam asilo ou proteção humanitária, o que representa um aumento de 11% em relação ao ano anterior.

Políticas nacionais com impacto na integração de migrantes

⁴ <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/bulletins/migrationstatistic-quarterlyreport/august2018#main-points>.



Gráfico 1 -. Migração líquida por nacionalidade, no Reino Unido, no ano terminado em junho de 2008 até final de março de 2018..



Source: Long-Term International Migration, Office for National Statistics

Após o referendo da UE, verificaram-se vários desenvolvimentos de políticas-chave que se relacionam especificamente com a imigração e a integração. Estes incluem consultas, políticas e financiamentos relacionados com comunidades integradas e ESOL. O livro verde “The Integrated Communities Strategy”⁵ convida a um olhar sobre a visão do governo para a construção de comunidades integradas onde os indivíduos – independentemente das suas origens – vivam, trabalhem, convivem juntos, com base em direitos partilhados, responsabilidades e oportunidades. Este documento estabelece um programa ambicioso de ações por todo o governo do Reino Unido com o objetivo de dar a sua visão a nível local e nacional.

A língua como barreira à integração é uma questão fundamental, e a NATECLA (Associação Nacional para o Ensino de Inglês e Línguas Comunitárias para Adultos) está a fazer pressão para a Inglaterra ter uma estratégia nacional de ESOL (a Escócia e o País de Gales já têm as suas próprias estratégias ESOL)

O Governo do Reino Unido publicou um Plano de Ação contra o Crime de Ódio revisto, como resposta direta ao aumento do racismo e dos crimes de ódio que se seguiram ao referendo da UE, (Home Office, 26 July 2016).

ITÁLIA – FORMAZIONE CO&SO NETWORK

Dados estatísticos

A partir de 1 de janeiro de 2017, existiam 5.047.028 cidadãos estrangeiros residentes em Itália. Isto correspondia a 8,2% da população do país, e representava um aumento de 92.352 em relação ao ano anterior. Estes números incluem crianças nascidas em Itália, filhos de cidadãos estrangeiros (que totalizavam

5 www.gov.uk/government/consultations/integrated-communities-strategy-green-paper



75.067 em 2014; o correspondente a 14,9% do total de nascimentos em Itália), mas excluem os cidadãos estrangeiros que posteriormente obtiveram nacionalidade italiana; e aplica-se a 129.887 pessoas em 2014. Cerca de 6,2 milhões de pessoas residentes em Itália têm antecedentes de imigração (cerca de 10% do total da população italiana). Também excluem imigrantes ilegais cujos números são difíceis de determinar.

Em maio de 2008, o Boston Globe indicou uma estimativa de 670.000 para este grupo. A distribuição da população estrangeira nascida no país é bastante desigual em Itália: 59,5% dos imigrantes vivem na parte norte do país (a área economicamente mais desenvolvida), 25,4% na parte central, enquanto apenas 15,1% vive nas regiões do sul. As crianças nascidas em Itália filhas de mães estrangeiras, foram 102.000 em 2012, 99.000 em 2013, e 97.000 em 2014.

Desde a expansão da União Europeia, a mais recente onda de migração teve origem nos estados europeus vizinhos, particularmente da Europa Oriental e, cada vez mais, da Ásia, substituindo o Norte da África como a principal área de imigração. Cerca de um milhão de romenos, entre os quais cerca de 10% são ciganos, estão oficialmente registados como residentes em Itália. A partir de 2013, a origem da população estrangeira nascida no país foi subdividida da seguinte forma: Europa (50,8%), África (22,1%), Ásia (18,8%), América (8,3%) e Oceânia (0,1%).⁶

Políticas nacionais com impacto na integração de migrantes

A Lei italiana 40/1998 (ART.40) estabelece algumas medidas para facilitar o processo de integração dos migrantes, e enumera todas as atividades que as instituições públicas italianas, em colaboração com associações/organizações privadas que trabalham no campo junto dos migrantes, devem desenvolver para apoiar migrantes que vivem em Itália. “O Estado, as regiões, as províncias e os municípios, também em colaboração com as associações de estrangeiros e com as autoridades ou entidades públicas e privadas dos países de origem, facilitam:

1. as atividades realizadas em benefício dos estrangeiros legalmente residentes em Itália, inclusive a organização de cursos de formação sobre a língua e a cultura de origem;
2. a divulgação de qualquer informação relevante útil para a integração positiva de estrangeiros na sociedade italiana, em particular sobre os seus direitos e deveres, as várias oportunidades de integração e de crescimento pessoal e comunitário oferecidas pelo governo e pelas associações, bem como a possibilidade de uma reintegração positiva no país de origem;
3. a implementação de acordos com associações regularmente registadas para o envolvimento de estrangeiros através de um cartão de residência ou autorização de residência válido pelo menos por dois anos, na qualidade de mediadores interculturais, a fim de facilitar as relações entre as diferentes administrações e os estrangeiros pertencentes a diferentes grupos de etnias, nacionais, linguísticos e religiosos;
4. a organização de cursos de formação para prevenir condutas discriminatórias, xenófobas ou racistas, direcionados para os funcionários de entidades públicas e privadas que têm contacto regular com estrangeiros.

O apoio à integração de migrantes está também representado pelo Portal de Integração de Migrantes (<http://www.integrazionemigranti.gov.it>): é um projeto co-financiado pelo Fundo Europeu para a Integração que surgiu sob a coordenação da Direção-Geral de Imigração e do Ministério do Trabalho e das Políticas Sociais. O Portal de Integração de Migrantes é um esforço de cooperação entre o Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais, o Ministério do Interior e o Ministério da Educação, Universidade e Pesquisa. O portal tem uma secção para ajudar os migrantes a encontrar os serviços locais e nacionais:

Os Centros Permanentes Territoriais de Educação e Formação em Idade Adulta (CTP) são instituições públicas nas quais atuam professores do Estado, também apoiados por especialistas e colaboradores externos, para proporcionar atividades culturais, educacionais e de formação a adultos. Os cursos de língua italiana da CTP também incluem informações de educação cívica relativas aos direitos e deveres dos cidadãos.

Mediação intercultural: organizações que fornecem informações úteis sobre os serviços de mediação intercultural que atuam na Itália

Menores: a existência de menores estrangeiros em Itália é um fenómeno constante e crescente. Entre

⁶ https://en.wikipedia.org/wiki/Immigration_to_Italy#Statistics

os menores estrangeiros existentes em Itália, existe um número significativo de menores estrangeiros desacompanhados. Todos os menores estrangeiros em Itália, independentemente da forma como entraram em território nacional, estão protegidos pelos direitos consagrados na Convenção de Nova York sobre os Direitos da Criança, assinada em 1989. As organizações fornecem, em particular, os seguintes serviços: Apoio Psico-Educativo; Atividades de socialização; Apoio escolar; Iniciativas de intercâmbio cultural.

Cuidados de saúde: para favorecer a integração e promover um acesso correto aos serviços por parte dos cidadãos estrangeiros, tem que se ultrapassar dois problemas fundamentais: a língua e a cultura, que representam um obstáculo, tendo em conta que a abordagem em relação ao corpo humano e às doenças é diferente em todos os países, e muitas vezes é extremamente diferente da nossa. Em cada secção, existe uma base de dados com detalhes de contactos de várias organizações italianas que fornecem apoio e informações aos migrantes sobre: educação e formação, serviços de mediação intercultural, apoio inicial, serviços para menores, cuidados de saúde, etc.

ÁUSTRIA – JUGEND AM WERK

Dados estatísticos

Em 2017, 154.700 pessoas imigraram para a Áustria, enquanto 110.100 deixaram o país. A população estrangeira residente na Áustria, no início de 2018, era 15,8% da população total. Com 17.900, a Roménia teve o maior número de entradas, seguida da Alemanha e da Hungria. As entradas de pessoas provenientes de países terceiros representaram um total de 34% de todos os imigrantes. Pessoas com antecedentes de migração. Em 2017, a taxa de desemprego era, no geral, de 8,5%. 12,5% dos não-nacionais estavam registados como desempregados. Em 2018, 54% dos austríacos avaliam a integração na Áustria como má (43%) e muito má (13%).

Políticas nacionais com impacto na integração de migrantes

O Departamento BMEIA (Ministério Federal para a Europa, Integração e Relações Exteriores) agrega, juntamente com o Plano de Ação Nacional para a Integração, todas as políticas de integração de países, municípios, cidades e governo federal. Isto foi discutido com cerca de 150 especialistas nacionais e internacionais, representantes de imigrantes e cidadãos. Contém princípios gerais de políticas de integração, e considera um processo em que novos desafios são constantemente abordados com o objetivo de assegurar a coesão social a longo prazo. O plano define 7 campos de ação: a língua e a educação, o emprego, o estado constitucional e os valores, a saúde e os assuntos sociais, o diálogo intercultural, o desporto e lazer, bem como a habitação e a integração em dimensão regional.

3. Processo de identificação e seleção usado para identificar as áreas-chave para formar mulheres migrantes, a fim de a sua integração social e cívica

A imigração e a integração cívica e social das novas minorias étnicas, tornaram-se importantes desafios políticos em todos os países da UE nos últimos anos. Enquanto a integração económica é facilmente medida através de vários indicadores bastante disponíveis, como a redução de remuneração, as disparidades de rendimentos e de emprego entre nativos e imigrantes, a integração social e cívica diz respeito aos níveis de integração que são mais difíceis de avaliar. É por isso que os parceiros do INTEGR8 conceberam todas as atividades na perspetiva de promover a integração dos migrantes: capacitar as mulheres nas comunidades migrantes, proporcionando formação acreditada e apoiando-as a desenvolver uma série de redes informais



para promover a integração social e cívica.

Na prática, graças à pesquisa realizada no início do projeto INTEGR8, foi possível identificar:

- as boas práticas para projetar e implementar iniciativas de Integração de Migrantes;
- as necessidades de formação das mulheres migrantes;
- as necessidades de formação dos educadores;
- metodologias inovadoras de inclusão social e cívica a serem incluídas no Tollkit INTEGR8.

Os parceiros do Consórcio INTEGR8:

- procederam a uma pesquisa sobre a literatura disponível e as medidas de integração de migrantes existentes em todos os países parceiros participantes;
- elaboraram questionários e um relatório para compreender as necessidades de formação em termos de integração social e cívica das mulheres migrantes;
- conduziram pesquisas com educadores para determinar o tipo de formação que o formador precisa para implementar o currículo e garantir que o projeto atinge os seus objetivos;
- elaboraram um conjunto de ferramentas de recursos para identificar metodologias inovadoras de inclusão social e cívica que utilizam atividades educacionais, culturais e recreativas como técnicas de aprendizagem integradas.

4. Envolvimento das partes interessadas e transferência de conhecimento

As partes interessadas tiveram um papel crítico no contexto do projeto INTEGR8. Desde as autoridades de integração de migrantes e inclusão social, os assistentes sociais e educadores para adultos, aos universitários, estudantes, formadores, professores e voluntários, todos estiveram envolvidos desde as primeiras etapas do projeto e tornaram todas as fases possíveis. Entre outras, apoiaram os parceiros com os grupos de referência e analisaram as necessidades, assumiram o papel de amigo crítico nos Grupos de Trabalho Locais, partilharam sugestões úteis na fase de formação, apoiaram o networking, ajudaram na disseminação do projeto como uma boa prática em iniciativas de integração de mulheres migrantes ao longo do ciclo de vida do projeto, participaram em vários eventos INTEGR8 e outras iniciativas, etc. Estes diferentes atores garantiram a qualidade dos processos e anteciparam os resultados esperados. Abriram caminho para que os objetivos do projeto fossem implementados com riscos mínimos, e abriram novos caminhos para sinergias, visando a sustentabilidade do projeto.

5. Principais referências utilizadas na preparação da metodologia INTEGR8

O consórcio INTEGR8 implementou e promoveu uma abordagem da base para o topo para a integração de mulheres migrantes, que colocou as próprias mulheres no centro do processo de conceção de integração. As próprias Mulheres Migrantes são especialistas relevantes sobre as questões e barreiras que enfrentam nas novas comunidades e, portanto, estão em melhor posição para liderar qualquer nova iniciativa que vise promover a integração de mulheres migrantes. Identificar e formar uma nova coorte de Especialistas em Integração de Migrantes dentro da comunidade de mulheres migrantes nos países participantes, é uma abordagem inovadora e potencialmente revolucionária. A metodologia foi focada no envolvimento de grupos-alvo em todas as fases de desenvolvimento.

Os grupos de trabalho locais (GTL) ajudaram a criar um sentimento de pertença entre os grupos-alvo implicados sobre todos os resultados do projeto, e estes grupos reuniram-se regularmente para fornecer ideias, opiniões e comentários sobre o processo de desenvolvimento do projeto e os resultados produzidos.



A partir dos principais resultados da pesquisa, o consórcio INTEGR8 desenvolveu os seguintes materiais e recursos educativos:

- Manual do Currículo “Especialista em Integração de Migrantes” e caderno de exercícios do formando.
- Curso de Formação de Formadores INTEGR8.
- Toolkit INTEGR8.
- Portal e-learning INTEGR8.

Estas ferramentas foram usadas para atingir o objetivo principal em termos de integração social e cívica das mulheres migrantes.

As metodologias privilegiaram um modelo de integração em cascata, onde cada Especialista em Integração de Migrantes formado integrou um mínimo de 5 mulheres migrantes numa micro-rede. O resultado final obtido foi, então, a criação de 20 micro-redes com 5 membros em cada país parceiro. Estas micro-redes apoiaram um grupo temático multiétnico para abordar questões de integração mais amplas.

6. As novas metodologias mulheres migrantes INTEGR8 na abordagem às barreiras à integração de

Com as barreiras emergentes da integração, principalmente a língua, a cultura e a falta de acesso a serviços de saúde, oportunidades de emprego e educação/formação, foi feita, no âmbito do INTEGR8, uma tentativa para enfrentar com sucesso estes desafios através de novas metodologias, incluindo as seguintes: metodologias baseadas em competências, personalização e abordagem baseada nas necessidades, bem como um grupo e auto-reflexão, de forma a cultivar o espírito crítico e acrescentá-lo ao desenvolvimento pessoal e profissional.

Além disso, foram considerados como problemas ou barreiras à integração (como tem sido enfatizado pelas próprias mulheres migrantes) a barreira da língua; o fato de não ter um emprego (seguro); a mentalidade da população local em relação aos imigrantes (uma atitude injusta da população); a burocracia; a falta de comunicação; a luta por uma vida social melhor; a valorização por parte da sociedade de acolhimento. Os problemas financeiros (falta de independência financeira) são comuns aos imigrantes, de acordo com os mesmos, mas estão relacionados com a mentalidade das pessoas e não com as leis.

O INTEGR8 focou-se em abordar todas estas barreiras (embora a aquisição de competências linguísticas na língua do país de acolhimento não estivesse diretamente previsto) através dos recursos práticos fornecidos no Toolkit INTEGR8, (b) no Caderno de Exercícios para Apoiar o Currículo Especialista em Integração de Migrantes e c) o Manual de Formação de Formadores INTEGR8 e, mais precisamente, através das competências adquiridas pelos beneficiários através destas formações e recursos de formação, numa grande variedade de áreas sociais e cívicas específicas.

Esta abordagem e recursos, baseados em competências, provaram ser extremamente valiosos para a capacitação das mulheres migrantes, pois permitiram que estas atuassem como formadoras/consultoras nas suas comunidades, oferecendo assim apoio a outras mulheres migrantes, partilhando, formal e informalmente, competências, experiências e conhecimentos, transferindo e adaptando a abordagem INTEGR8 a contextos de migração mais amplos.

Todos os recursos do INTEGR8, disponibilizados em 6 idiomas da UE, destinam-se a capacitar as mulheres migrantes com as competências necessárias para se tornarem Especialistas em Integração de Migrantes, e a apoiar ainda mais as mulheres migrantes formandas na identificação e desenvolvimento de ações relacionadas com a participação cívica e social ao longo da sua vida.



7. Critérios utilizados na avaliação da metodologia INTEGR8

Os processos de avaliação descritos no projeto “Plano de Qualidade” visam apoiar o projeto, avaliando até que ponto os objetivos foram atingidos; identificar os resultados do projeto; e identificar áreas onde é necessário melhorar. Neste sentido, cada parceiro estabeleceu um Grupo de Trabalho Local (GTL) que incluiu um mínimo de seis membros, para garantir os grupos-alvo do projeto fossem colocados no centro do processo de desenvolvimento do projeto, e que todas as ferramentas e recursos de formação fossem independentemente testados e validados diretamente pelos utilizadores finais. Em cada país parceiro, o GTL reuniu-se pelo menos seis vezes durante o ciclo de vida do projeto, em reuniões presenciais e à distância, para avaliar e testar os principais produtos do projeto. Nesse sentido, foram elaborados três questionários de avaliação a fim de obter o feedback das partes envolvidas em relação à qualidade geral e à utilização dos produtos. Todo o feedback recebido serviu para melhorar e adaptar os materiais desenvolvidos, no sentido de dar resposta às necessidades do grupo-alvo.

A abordagem do projeto INTEGR8 destacou a importância de envolver utilizadores finais e partes interessadas no processo de desenvolvimento, para melhor ajudar a moldar os resultados do projeto e para salvaguardar a qualidade e a relevância dos produtos desenvolvidos. Ao envolver os membros dos grupos-alvo do projeto desde a fase inicial até aos GTL, os parceiros do projeto evitaram fazer alterações dispendiosas aos resultados produzidos numa fase posterior do projeto, uma vez que recebiam um feedback constante e consistente, por parte dos membros do GTL, em cada fase do projeto. O contributo destes grupos também ajudou os parceiros a descobrir e a abordar necessidades não identificadas anteriormente. Além disso, as mulheres migrantes e os profissionais de apoio aos migrantes também tiveram a oportunidade de contribuir (respondendo também a questionários de avaliação) no final de cada ciclo de formação correspondente à fase de implementação do projeto. Estes comentários foram recolhidos e incluídos no relatório de implementação.

Internamente, a avaliação da qualidade do projeto durante a sua execução, focou-se no modelo 3P: (i) Gestão de Processos e Projetos; (ii) Parceria e (iii) Produtos. Os parceiros tiveram oportunidade de avaliar o projeto:

- no final de cada reunião de parceiros, através do preenchimento de um questionário de avaliação.
- no final do primeiro ano do projeto.
- no final do último ano do projeto.

Todos os feedbacks recolhidos (de parceiros, partes interessadas e mulheres migrantes) nas diferentes etapas de avaliação anteriormente mencionadas, foram incluídos no “Relatório Intercalar” e no “Relatório Final de Avaliação”.

8. Principais conclusões registadas na fase inicial de identificação de necessidades

TAs conclusões e as recomendações da pesquisa local variaram consideravelmente. Registam-se de seguida um sumário dessas conclusões.

Desafios:

- Identificar e trabalhar com os muitos projetos diferentes e oportunidades de apoio a mulheres migrantes (AT).
- Como a migração é um tema de grande importância a todos os níveis (social, cultural, financeiro, político, educacional, linguístico, etc.), apoiar a integração a um nível profundo e rigoroso é uma questão muito importante (CH).
- A burocracia excessiva, as barreiras linguísticas e as restrições do mercado de trabalho são barreiras importantes (CH), (RO).
- O reconhecimento da educação, experiência, competências e qualificações prévias (RO).
- O apoio à integração tem que ser um processo bidirecional dinâmico, com frequentes oportunidades de



interação entre mulheres migrantes e membros da comunidade local e prestadores de serviços (RU).

- O acesso à formação e aos programas do INTEGR88 tem que ser cuidadosamente planeado e programado para minimizar o impacto de barreiras, tais como o acolhimento de crianças, o trabalho por turnos e o custo da viagem (RU).

Mulheres migrantes

Em relação ao envolvimento de mulheres migrantes no projeto Integr8, os níveis de confiança e interesse variaram consideravelmente. Por exemplo, a maioria das 8 mulheres entrevistadas no Chipre mostrou-se relutante e cética quanto ao uso das suas competências para apoiar outras mulheres migrantes, enquanto todos os participantes da Roménia disseram que gostariam de participar. Em alguns países, existia um elevado nível de interesse, mas, em alguns casos, estaria muito dependente dos dias e horários da formação, da existência ou não de apoio de creches, e até que ponto o curso poderia ser realizado apenas online devido a compromissos de trabalho (RU).

Em relação ao currículo INTEGR8 para mulheres migrantes, foram sugeridas muitas indicações úteis. Alguns relatórios destacaram a importância dos currículos e programas de formação INTEGR8 considerarem e responderem aos diferentes desafios e necessidades que os migrantes enfrentam, dependendo do seu país de origem (ou seja, nacionais da UE ou nacionais de países terceiros), quer sejam migrantes refugiados ou económicos, quer seja um jovem refugiado desacompanhado, ou um migrante de 1ª ou 2ª geração com ligações familiares e comunitárias bem estabelecidas. As sugestões incluem o seguinte:

- Desenvolvimento pessoal (IE), (RO), por exemplo, construir autoconfiança; como fazer apresentações eficazes;
- Desenvolver competências-chave específicas (IE), (RO), por ex. competências linguísticas, cursos de TI acreditados;
- Dar apoio aos outros (IE), por ex. como apoiar os outros através das suas aptidões linguísticas;
- Apoiar a integração (IE), (RO), por ex. através de sinalizações nos serviços locais, solicitando o bem-estar social, como ajudar os outros; compreensão e resolução de dificuldades culturais.
- Apresentação do Currículo Especialista em Integração de Migrantes:
- Preferencialmente presencial, possivelmente com alguns fatores conjugados (IE).
- Tutor/formador escolhido (IE).
- Exigências mínimas em termos de trabalhos escritos e, quando necessário, prestação de apoio linguístico conforme necessário (IE).
- Para superar as barreiras ligadas aos cuidados a crianças e à deslocação, a formação deverá ser ministrada num local central durante o horário escolar (IE).

Educadores e instituições para migrantes

Os educadores e as instituições para migrantes fizeram várias sugestões úteis em relação ao apoio à integração de mulheres migrantes e ao desenvolvimento dos programas de formação INTEGR8 e à implementação de projetos. No Chipre, os educadores e instituições para migrantes dão prioridade à educação de mulheres migrantes e de cidadãos nacionais de países de acolhimento; a formação de profissionais; a organização de atividades sociais. A importância da sensibilização de profissionais e voluntários que trabalham com, e/ou apoiam migrantes esteve presente em vários relatórios, bem como a organização e a realização de eventos multiculturais.

Outras sugestões para fazer com que a formação e as redes INTEGR8 sejam bem-sucedidas:

- Realizar formações/eventos etc. dentro das comunidades locais, por exemplo, centros de recursos/centros infantis locais, etc.
- Fazer com que os horários de formação sejam flexíveis, e ter em conta a disponibilidade das mulheres migrantes com crianças em idade escolar.
- A formação sobre a construção de confiança/assertividade para as mulheres migrantes deve ser incluída em todos os aspetos de cada currículo.
- Considerar alguns aspetos de ambos os currículos como essenciais e outros opcionais/adequados a interesses, necessidades e prioridades identificados localmente.



LIÇÕES RETIRADAS DO PROJETO

Os parceiros aprenderam lições valiosas com o projeto INTEGR8 em termos de metodologia para envolver as mulheres migrantes na integração cívica e social. As abordagens baseadas nas necessidades, no indivíduo e personalizadas, parecem beneficiar a integração das mulheres migrantes, sendo estas mulheres o grupo-alvo que se encontra no centro dos esforços e com as suas capacidades e talentos, necessidades e desejos, a serem considerados no contexto da integração harmoniosa. Um ambiente de aprendizagem - online ou presencial - onde os precedentes são considerados e são oferecidas várias oportunidades para capacitação e melhoria pessoal e profissional, também é fundamental para cumprir a tarefa de integração (Currículo EIM, Toolkit, etc.). A aprendizagem colaborativa (trabalho em grupo, micro-redes, etc.), bem como a reflexão individual e em grupo, constituem-se também como metodologias-chave aplicadas no decorrer do projeto, podendo também funcionar como boas práticas.

A implementação das metodologias e a abordagem do INTEGR8 mostrou que as necessidades das mulheres migrantes devem ser reconhecidas e consideradas para que a integração social efetiva e no mercado de trabalho sejam alcançados. Os parceiros também descobriram que as mulheres migrantes sabem precisamente o que querem obter em termos de apoio, sabem como comunicar eficazmente com as suas comunidades e são capazes de definir e descrever de forma relevante os meios, formatos e contextos em que a assistência e apoio são benéficos para si. O INTEGR8 provou que a melhor forma de fazer chegar às comunidades de mulheres migrantes informações valiosas e apoio à integração, é fazendo uso das mulheres dessas comunidades como “vetores” ou como EIM (Especialistas em Integração de Migrantes), uma vez que são pessoas da confiança das outras mulheres migrantes, que enfrentam os mesmos problemas e barreiras e falam a mesma língua (não apenas em termos linguísticos, mas também em termos de empatia e solidariedade). Se estes “vetores” forem devidamente formados, como o INTEGR8 faz, tornar-se-ão EIMs e poderão ajudar as sociedades de mulheres migrantes a dar um verdadeiro passo em direção à verdadeira integração. A lição aprendida pode ser resumida da seguinte forma:

- Existe um nível extremamente elevado de interesse, energia e compromisso entre as mulheres migrantes para: participarem neste tipo de projetos; contribuírem positivamente para apoiar a integração de outras mulheres migrantes; trabalharem em conjunto, partilharem as suas competências e apoiarem-se umas às outras; e envolverem-se mais nas suas comunidades;
- Os benefícios sociais da participação foram significativos. As mulheres valorizaram muito a oportunidade de conhecerem, interagirem e trabalharem em conjunto como parte da formação, acompanharem reuniões de planeamento e executarem atividades de EIM. Esta interação também ajudou a aumentar significativamente a confiança e a autoestima;
- Os participantes tinham origens, competências linguísticas/alfabetização, experiência/competências relacionadas com o trabalho, extremamente variados. O impacto foi maior onde as atividades de formação e o projeto permitiram que as mulheres reconhecessem, partilhassem e construíssem sobre as mesmas;
- O projeto permitiu a construção de importantes laços entre indivíduos, outros projetos e diferentes organizações.

RECOMENDAÇÕES

Irlanda

O projeto INTEGR8 teve um impacto incrível na Irlanda em termos da transformação positiva das mulheres migrantes apoiadas pelo Currículo EIM, e das ligações e redes que foram estabelecidas nas comunidades locais, reduzindo o isolamento, eliminando o medo e construindo um património social valiosíssimo. Em termos de futuras melhorias no processo, recomenda-se o seguinte:

- A formação ministrada por tutores multiétnicos revelou ser altamente benéfica em termos de construção de confiança e do estabelecimento de uma narrativa comum no seio do grupo de formação. Recomendamos este tipo de abordagem a outros que pretendam ministrar o Curso Especialista de Integração de Migrantes (EIM).



- A formação presencial é essencial para o sucesso do curso e, embora todos os materiais de formação estejam disponíveis e acessíveis na plataforma de e-learning, recomendamos que este recurso seja usado como uma ferramenta de aprendizagem assistida, e não como principal forma de ministrar a formação.
- No que diz respeito ao estabelecimento das redes micro-sociais, é (ainda) necessário mais tempo para reconhecer plenamente o potencial desta abordagem como uma metodologia de integração. Os primeiros resultados são positivos e os sinais de sucesso indicam que esta abordagem é válida.
- Finalmente, recomendamos também a inclusão de mulheres das comunidades de acolhimento nos grupos de formação, pois muitas das experiências, áreas e temas de desenvolvimento de competências são relevantes para ambas as comunidades de mulheres (migrantes e nativas). Neste ambiente seguro e de confiança; as barreiras e preconceitos de ambos os grupos podem ser geridos, desafiados e superados, e o processo de integração pode começar durante as sessões de formação e ser transferido para o dia-a-dia.

Chipre

Com o aumento do número de migrantes, refugiados e requerentes de asilo no contexto da UE, dá-se prioridade à integração harmoniosa dos migrantes, refugiados e requerentes de asilo que chegam à Europa. As ações baseadas em necessidades e as ações mais dirigidas surgem como pontos chave nas tentativas de associar os documentos políticos às (tentativas de) práticas e implementação, funcionando, assim, como uma bússola orientadora no contexto de abordagens eficazes de integração. .

Portugal

O modelo em cascata que caracteriza o programa de formação INTEGR8 foi considerado, pela maioria dos participantes, como um aspeto de diferenciação na abordagem de todos os assuntos relacionados com a integração de migrantes. O modelo proposto, mais especificamente o foco dado ao apoio às mulheres para o estabelecimento das suas próprias redes de apoio locais, foi considerado uma abordagem inovadora e que deve ser continuamente disseminada. Esta metodologia permite que as mulheres se unam a outras mulheres em situações semelhantes de integração. Os participantes da fase de implementação do INTEGR8, em Portugal, destacaram também a importância do foco que o programa de formação dá aos conteúdos relacionados com o desenvolvimento pessoal. É importante, de acordo com a maioria dos participantes, ser-se autoconsciente das próprias posições e da situação em relação aos processos de migração, para poder ultrapassá-las e encorajar outros a seguir o seu próprio caminho. Os conteúdos do curso de integração foram considerados transversais ao desenvolvimento de competências-chave para ajudar, não só as mulheres, mas todos os migrantes que enfrentam problemas relacionados com a integração. A criação de grupos de apoio, onde todos contribuem ao mesmo nível e num ambiente informal para uma causa comum, é essencial para o processo de transição para uma sociedade diferente. Também foi salientado que estes grupos devem ser compostos não apenas por mulheres migrantes, mas também por mulheres locais das comunidades de acolhimento.

Romênia

A agenda da UE sobre a migração tem de ser combinada com outras soluções e projetos, como o INTEGR8, com o objetivo de providenciar, a um nível mais local, soluções de abordagens eficientes e específicas, que beneficiem mutuamente os imigrantes e as comunidades locais.

Reino Unido

Recomendações para o curso de Formação para Formadores e para o Currículo Especialista em Integração de Migrantes:

- Fazer com que palavras-chave e termos sejam mais explícitos para apoiar a aprendizagem de línguas.
- Incluir visitas externas.
- Incluir orientação/conteúdo para apoiar os participantes com problemas de saúde mental.
- Incluir muito mais conteúdo no planeamento e execução de workshops, eventos, etc.



- Incluir orientações para tornar os materiais de formação mais atrativos, por exemplo, transformando-os em materiais táteis - laminação, corte, utilização de velcro.
- Necessidade de expectativas mais explícitas por parte dos participantes.
- Necessidade de verbas para creches, viagens e controlo policial.

Recomendações adicionais ao curso de Formação de Formadores:

- Fazer com que as formações presenciais sejam mais longas.
- Incluir/incorporar o microensino com feedback completo.
- Incluir mais informações sobre planeamento e execução de uma sessão.

Recomendações adicionais ao Currículo EIM:

- Incluir um registo simples de atividades para EIMs, para registar todos os contactos/atividades com mulheres migrantes e partilhá-los no início de cada sessão de formação.
- Necessidade de mais tempo para apoiar a atividade de EIMs/micro-redes.

Itália

É essencial:

- Realizar eventos com as comunidades locais, para envolver as mulheres na participação em eventos durante o horário escolar, ou à noite com os seus companheiros.
- Disponibilizar uma babysitting no mesmo local da formação.
- Considerar diferentes contextos culturais ao implementar atividades de formação.
- Criar redes de mulheres com problemas comuns.
- Ter atividades sociais para fazer com que as mulheres saiam de casa.
- Fornecer formação em línguas.
- Tentar agrupar pessoas com o mesmo contexto educacional aquando da organização da formação.
- Organizar visitas a instituições públicas, para sensibilizá-las para a Cidadania Europeia e participação.

Áustria

- São necessários coordenadores especiais em todas as regiões do país, que comunicam de forma transparente, para que o conhecimento e a informação possam ser transmitidos. Uma informação móvel acompanha os conselhos diretamente nas regiões.
- O grupo-alvo não é um grupo problemático: o foco deve ser em situações problemáticas e de tensão em que as pessoas vivem. Estas situações são determinadas principalmente pelas condições sociais (observações preliminares). É, portanto, importante melhorar as condições a esse nível.
- Com estruturas de afiliação ativas/trabalho de proximidade (tornam-se estruturas “bem-sucedidas”).
- Abordar pessoalmente o grupo-alvo. O material de escrita apenas é útil como suporte.
- Incluir grupos/lugares com os quais o grupo-alvo está familiarizado (por exemplo, Frauencafe im Grätzl).
- Trabalhar com multiplicadores.
- Considerar e enfatizar culturas e línguas como sendo iguais na sua diversidade.
- Considerar a perspetiva de género, especialmente no que diz respeito a modelos nas diferentes culturas.
- Ligação com outras ofertas (por exemplo, tardes de jogos para crianças).





meath
partnership

engage • enable • participate • progress



chancen • leben



CARDET

CENTRE FOR THE ADVANCEMENT OF RESEARCH
& DEVELOPMENT IN EDUCATIONAL TECHNOLOGY



EUROPEAN UNION
Asylum, Migration
and Integration Fund

Project Number: HOME/2015/AMIF/AG/INTE/9101

This project has been funded with support from
the European Commission.
This publication reflects the views only of the author, and the
Commission cannot be held responsible for any use which
may be made of the information contained therein.



INTEGR8